

Amaury Bier vê superação da crise em 2002

*Para o secretário do
Ministério da Fazenda,
depois das turbulências,
perspectivas são melhores*

LU AIKO OTTA
e SORAYA DE ALENCAR

BRASÍLIA – Depois de um ano em que não faltaram choques adversos, a economia brasileira entrará em 2002 com resultados positivos. Ela deverá crescer perto de 2,5% neste ano, principalmente porque os efeitos da crise de fornecimento de energia elétrica na produção foi menos grave do que se imaginava em meados do ano. A balança comercial está se recuperando e pode chegar ao final de 2002 com um saldo acima de US\$ 5 bilhões, apontando para uma trajetória de melhora estrutural. Finalmente, o mercado financeiro está se convencendo de que há diferenças fundamentais na condução das políticas econômicas brasileira e argentina.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Amaury Bier, lembra que o Brasil foi sacudido nos últimos meses pelos efeitos da retração econômica dos Estados Unidos e dos demais países desenvolvidos, pelas crises na Turquia e na Argentina e pelo clima sombrio no mundo surgido após os atentados terroristas de 11 de setembro e da guerra no Afeganistão. Em meio a tudo isso, ainda surgiu o risco de um apagão que obrigou pessoas e empresas a frear o consumo de energia. O resultado de

tantos problemas é: o Brasil não crescerá os 4,5% que se projetavam no início do ano e a inflação ficará acima da meta assumida pelo governo. Foi uma grande frustração, pois se acreditava, até março, que o Brasil voaria em céu de brigadeiro neste ano. A seguir, os principais trechos da entrevista de Bier ao Estado:

O Estado de S. Paulo – Com os choques que tivemos neste ano, o senhor diria que esse foi o pior ano do governo Fernando Henrique?

Amaury Guilherme Bier – Eu não diria isso. Foi um ano que começou com perspectivas extremamente positivas em termos de crescimento e comportamento da inflação mas que, em função de uma série de choques de naturezas e procedências diferenciadas, ficaram diferentes das projetadas quase unanimemente no início do ano. Internamente, tivemos a crise de energia e os preços dos combustíveis se mantiveram em patamar acima do previsto, com impacto na inflação. Externamente, a retração econômica dos

países desenvolvidos, que já havia começado nos Estados Unidos antes de 11 de setembro. A Europa foi mais afetada do que se pensava e o Japão passa por dificuldades econômicas. Tudo foi agravado com o atentado aos EUA. Para nós, o atentado tornou o acesso ao mercado internacional muito pior. Além disso, desde o início do ano a situação da economia argentina começou a ficar mais difícil.

Estado – Pois é. E o resultado disso tudo?

Bier – A economia vai crescer menos do que os 4,5% que se previam e a inflação ficará mais alta do que seria desejável. Já está claro que ela ficará mais alta do que a meta estabelecida para o ano. Mas isso é plenamente justificável pela sucessão de choques. Da desvalorização cambial até os problemas de tarifa, tudo mexeu com a inflação e a levou a uma trajetória mais elevada neste ano. Acho que o ano foi muito difícil, mais complicado do que se imaginava. Ainda assim, temos um cenário de PIB crescendo algo perto de 2,5% – uma taxa inferior a que se previa, mas positiva. E tivemos algumas notícias positivas depois de transcorrido o impacto dos choques.

Estado – Quais seriam elas?

SUCESSÃO DE CHOQUES AFETOU A ECONOMIA

Bier – A primeira refere-se à crise de energia. No momento em que ela foi anunciada, houve uma percepção muito negativa da sociedade, dos investidores e dos consumidores com relação

ao que poderia ocorrer com a economia brasileira. Temia-se retração econômica. Essas previsões se mostraram inadequadas, porque o governo agiu prontamente, criou uma forma de gerenciamento da crise de energia muito bem-sucedida, e isso propiciou a ruptura de gargalos, quer regulatórios, quer de identificação dos investimentos necessários. Temos hoje uma situação visivelmente melhor do que se estimava lá atrás. E, do ponto de vista dos efeitos da situação argentina sobre o Brasil, há uma percepção de que as duas realidades são diferentes.

Estado – Mas isso é recente.

Bier – Há umas três semanas, um mês, isso ficou claro, inclusive no comportamento do mercado, e se traduziu num certo descolamento do risco brasileiro.

Estado – Qual o fator fundamental para esse descolamento?

Bier – Acho que não tem um fator isolado. É um conjun-



Da desvalorização cambial até os problemas de tarifa, tudo mexeu com a inflação e a levou a uma trajetória mais elevada neste ano. Acho que o ano foi muito difícil, mais complicado do que se imaginava. Ainda assim, temos um cenário de PIB crescendo algo perto de 2,5% – uma taxa inferior à que se previa, mas positiva. E tivemos algumas notícias positivas depois de transcorrido o impacto dos choques.

Amaury Bier, secretário-executivo do Ministério da Fazenda

to, que envolveu muita explicação, muita conversa. Nossa preocupação foi falar sobre os problemas brasileiros, não os argentinos. Foi dizer: “Olha, vamos discutir racionalmente o que está acontecendo com o País, quais são os fundamentos”. Durante muito tempo, todo mundo achou que o governo ficaria inerte com relação aos choques que a economia vinha sofrendo. Não foi o que aconteceu. Reafirmamos nosso compromisso com o ajuste fiscal e a meta de superávit primário para 2002 passou de 2,7% para 3,5% do PIB, com perspectiva de que esse nível seja mantido para 2003 e 2004. Tínhamos tomado a decisão de não mais renovar o acordo com o FMI, que terminaria este ano, mas depois preferimos reforçar nossa posição externa com um novo acordo até o final de 2002.

Estado – Então, o dólar não caiu só porque ficou caro para os bancos carregar posições em dólar.

Bier – Não. Acho, inclusive, que um dos fatores importantes nesse processo foi a cristalização na percepção do mercado de que já está em curso uma melhora estrutural da balança comercial brasileira. Os resultados já apontam para o superávit que o mercado projeta, US\$ 5 bilhões, US\$ 6 bilhões. O mercado não reage só com curtíssimo prazo.

Estado – Mas a taxa de risco Brasil continua subindo. Esse descolamento em relação à Argentina é

consistente?

Bier – A taxa de risco está muito superior ao que seria adequado para o Brasil, tem condições de ser menor. Ela também oscila dependendo das declarações do dia, da preocupação do momento dos analistas. Por isso, falei num “certo” descolamento. A nossa esperança é que a Argentina encontre uma solução ordenada de seus problemas, numa linha de coordenação que não traga sacrifícios desnecessários principalmente para ela própria.

Estado – Quando o senhor diz que o descolamento é relativo, fica claro que há pontos que podem nos criar dificuldades. Quais seriam eles?

Bier – O processo de reestruturação da dívida argentina precisa ser ordenado e bem-feito, dado que eles escolheram esse caminho. É desnecessário dizer que isso não tem correlação com a situação brasileira. No Brasil, não há essa necessidade (de reestruturar a dívida). Nossas respostas são clássicas, temos outros mecanismos de ajustamento. Demonstrar isso foi grande parte do trabalho de convencimento que fizemos.

Estado – Eles não demoram demais a perceber que o Brasil não é a Argentina?

Bier – Vamos evitar esse tipo de comparação, porque ela não é produtiva. Simplesmente, a realidade econômica vivida pelo Brasil nesse momento – a política econômica, os mecanismos de organização – são com-

pletamente diferentes dos argentinos. A forma de financiamento do setor público no Brasil é completamente diferente do que ocorre na Argentina. Portanto, as situações não são comparáveis numa avaliação superficial, como é do gosto de alguns analistas.

Estado – Se a reestruturação da dívida argentina não for bem-feita, poderá haver consequências para o Brasil, apesar de haver essa diferenciação?

Bier – Estou mais preocupado com a velocidade de recuperação das economias centrais. Esse é o ponto básico. Quanto tempo leva para Estados Unidos, União Européia e Japão se reorganizarem e voltarem a crescer de forma sustentada, mantendo perspectiva de horizonte estabelecido. Isso sim, é fundamental para expansão das exportações, para o desenvolvimento do comércio exterior, a redução da aversão ao risco nos países emergentes e, portanto, para o aumento do fluxo de capitais e para a continuidade do processo de ajuste da economia brasileira.

Estado – A taxa de crescimento do PIB no terceiro trimestre entraria para sua lista de boas surpresas deste final de ano?

Bier – Tenho dificuldade de fazer previsões sobre a atividade econômica. Tenho a impressão de que a economia está mais forte, com mais élan do que eu esperaria nesse fim de ano.

Estado – O que estaria causando isso?

Bier – As incertezas do racionamento produziram uma forte contração de demanda. Essa percepção acabou se mostrando excessivamente negativa. Mas ela afetou o comportamento do consumidor, do empresário que investe. Com a melhora dos níveis nos reservatórios das hidrelétricas, o fato de os investimentos no setor estarem ocorrendo dentro do cronograma e a contratação de energia emergencial, essas incertezas se dissipam. Isso tem reflexo sobre o comportamento.

Estado – O crescimento do ano que vem pode ser prejudicado pelo elevado nível das taxas de juros. Há sinais do BC de que a política monetária será conservadora no ano que vem, dadas as perspectivas de aumento da inflação, influenciadas fortemente pelos preços da energia elétrica. Como se resolve esse dilema?

Bier – Tenho certeza de que o Banco Central, em suas reuniões mensais, tomará as medidas mais adequadas com relação à política monetária.

Estado – A mensagem das autoridades do BC tem sido nessa direção. E para conter a euforia do mercado?

Bier – Não vejo euforia. Mas é certo que há um comportamento de manada no mercado. Ele vai de um pessimismo exagerado ao extremo oposto. Mas não é disso que dependem as decisões cruciais do País, que são de médio e longo prazos.

Estado – Então, essa que-

da na cotação do dólar pode ser humor de mercado.

Bier – A taxa tem oscilado. Caiu abaixo de R\$ 2,50, agora voltou... Certamente, R\$ 2,84 não era uma taxa razoável.

Estado – Essa queda traz risco para a balança comercial?

Bier – Acho que não. Que eu saiba, ninguém tomou decisões econômicas baseado na hipótese de que o câmbio, em termos reais, se manteria em R\$ 2,90, R\$ 2,84.

Estado – O ano que vem é eleitoral e o último do governo. O que está na agenda do Ministério da Fazenda? Será possível avançar?

Bier – O fim do governo é datado: 31 de dezembro de 2002.

Estado – É bastante tempo. Então?

Bier – O fundamental é continuar nas linhas que estamos trabalhando, buscar a aprovação de reformas importantes. A do petróleo é uma delas (liberalização das importações de derivados de petróleo, prevista para janeiro próximo). Outra é a regulamentação do setor financeiro, prevista no artigo 192 da Constituição. Seria desejável apresentar, a tempo de ser aprovada em 2002, uma legislação regulamentando o que chamamos de Lei de Responsabilidade Monetária, com mandatos fixos para diretores e presidente do Banco Central. Tem a lei de demonstrações contábeis, que está no Congresso há algum tempo e é importante para completar o projeto de reformulação do mercado de capitais brasileiro, onde avançamos com a aprovação da Lei das Sociedades Anônimas e o fortalecimento da CVM. Há uma série de coisas por fazer. Vamos seguir no processo de privatização dos bancos estaduais: o BEG (Banco do Estado de Goiás) deve ser leilado na terça-feira, o processo do BEA (Banco do Estado do Amazonas) está deslanchando, tem banco do Ceará, de Santa Catarina, do Piauí, do Maranhão. Temos de retomar o tema da privatização do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), sobre a qual estamos aguardando manifestação do Supremo Tribunal Federal. A área de resseguros é importante para ser desregulamentada a partir da privatização.

Estado – O ministro Sérgio Amaral vem defendendo uma última tentativa de fazer a reforma tributária. Ela não está na agenda?

Bier – Foi bom lembrar. Temos projetos no Congresso que eu julgo de extrema importância. Um deles unifica a legislação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), estabelecendo uma legislação única, federal para esse imposto. Essa lei seria aplicável a todos os Estados, impedindo a redução da base de cálculo, de alíquota ou o financiamento do imposto que permitam a chamada guerra fiscal. Acho que isso seria um ganho importante para o País. Outra mudança importante seria a fixação de alíquotas mínimas do Imposto sobre Serviços (ISS).

GOVERNO AINDA BUSCA APROVAÇÃO DE REFORMAS